



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**Linha de Pesquisa:**

Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

**AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA OU AGRONEGÓCIO: UM DIÁLOGO  
POSSÍVEL PARA O CAMPO BRASILEIRO? UMA ANÁLISE ATUAL SOBRE O  
CENSO AGROPECUÁRIO NA PARAÍBA**

**JARDELLY SANTOS PIA**

**GUARABIRA  
2018**

**JARDELLY SANTOS PIA**

**AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA OU AGRONEGÓCIO: UM DIÁLOGO  
POSSÍVEL PARA O CAMPO BRASILEIRO? UMA ANÁLISE ATUAL SOBRE O  
CENSO AGROPECUÁRIO NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira – PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Graduação em Geografia. Orientado pelo professor Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz.

**GUARABIRA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

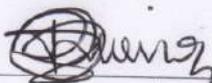
P579a Pia, Jardelly Santos.  
Agricultura familiar/camponesa ou agronegócio:  
[manuscrito] : um diálogo possível para o campo brasileiro?  
Uma análise atual sobre o censo agropecuário na Paraíba. /  
Jardelly Santos Pia. - 2018.  
27 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades, 2018.  
"Orientação : Prof. Me. Thiago Leite Brandão de Queiroz,  
Departamento de Geografia - CH."  
1. Agricultura familiar/camponesa. 2. Censo agropecuário.  
3. Agronegócio. I. Título  
21. ed. CDD 338.1

JARDELLY SANTOS PIA

**AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA OU AGRONEGÓCIO: UM DIÁLOGO  
POSSÍVEL PARA O CAMPO BRASILEIRO? UMA ANÁLISE ATUAL SOBRE O  
CENSO AGROPECUÁRIO NA PARAÍBA**

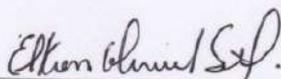
Aprovada em: 29/11/2018.

BANCA EXAMINADORA



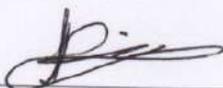
---

Prof. Ms. Thiago Leite Brandão de Queiroz (UEPB/CH/DG)  
Orientador



---

Prof. Ms. Elton Oliveira da Silva (UEPB/CH/DG)  
Examinador



---

Prof. Dr. Leandro Paiva de Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)  
Examinador

**GUARABIRA  
2018**

Primeiramente a Deus que me deu forças para realizar este trabalho, a minha família, e a todos que fizeram parte da minha vida acadêmica, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre presente em minha vida, por me presentear com seu amor verdadeiro mesmo quando eu menos mereci, por nunca desistir de mim, por me conceder tantas graças, e por ser a força que me conduziu até aqui.

A minha mãe e melhor amiga, Maria do Socorro que é meu exemplo de vida, que é sinônimo de amor, de força e compaixão. Que é minha inspiração e motivação para lutar e sonhar todos os dias. É minha fonte inesgotável de amor, é a exemplificação na terra, do amor de Deus por mim. Sem a senhora eu não seria absolutamente nada, se hoje conluo essa etapa em minha vida é graças a senhora, muito obrigada por tudo.

Ao meu pai João Neto, por nunca ter me deixado faltar nada e mesmo com seu jeito distante, sei que me ama imensamente e zela sempre pelo meu bem-estar.

A minha irmã, Jardênya por ser minha inspiração de dedicação e de competência profissional e nos estudos. Minha irmã minha admiração por ti é enorme, e um dia quero ser pelo menos metade do que tu és. Muito obrigada por me impulsionar mesmo que indiretamente a alcançar meus objetivos.

A minha família por ser meu alicerce em todas as etapas da minha vida, por sempre dedicar a mim amor, alegrias e momentos especiais que dão sentido a minha vida.

Agradeço ao meu noivo, Joel, que jamais me negou apoio, carinho. Obrigada, amor da minha vida, por aguentar tantas crises de estresse e ansiedade.

Aos professores do Curso de licenciatura em geografia da UEPB, que contribuíram ao longo desses quatro anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, Thiago Queiroz, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e compromisso. Obrigada por acreditar em mim e tornar essa pesquisa possível. Minha admiração pelo seu trabalho é enorme, és uma inspiração de professor humano, dedicado e competente.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade. Em especial a Douglas, que foi meu companheiro de pesquisa e de orientação, que sempre acreditou em mim, e que me deu todo o auxílio nos meus momentos de medos e inseguranças. A Glebson que foi fundamental em toda a caminhada acadêmica, que nunca me fez desistir nos meus piores momentos, e que sempre cuidou de mim como um irmão. A Dayane que sempre me tirou do sufoco nos piores trabalhos, e que sempre contribuiu com sua inteligência, dedicação e amizade.

"A terra deve ser de quem a trabalha e não de quem tira dela dinheiro sem cultivar" (VELASCO, 1986:29).

## 043 – GEOGRAFIA

### **AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA OU AGRONEGÓCIO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL PARA O CAMPO BRASILEIRO? UMA ANÁLISE ATUAL SOBRE O CENSO AGROPECUÁRIO NA PARAÍBA**

LINHA DE PESQUISA: ESPAÇO AGRÁRIO: REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

AUTORA: JARDELLY SANTOS PIA

ORIENTADOR: PROF. MS. THIAGO LEITE BRANDÃO DE QUEIROZ – UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: PROF. MS. ELTON OLIVEIRA DA SILVA – UEPB/CH/DG;

PROF. DR. LEANDRO PAIVA DE MONTE RODRIGUES – UEPB/CH/DG.

#### **RESUMO:**

Este artigo objetiva analisar a agricultura familiar/camponesa e o agronegócio no contexto da produção de alimentos no Brasil e no estado da Paraíba. Metodologicamente, procura através da pesquisa bibliográfica e da análise de dados oficiais do Censo Agropecuário 2006 e dos resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017, responder uma das mais intrigantes perguntas da realidade agrária atual: quem produz comida que alimenta a população brasileira? Para isso, nossas fundamentações teórico-conceituais fundamentaram-se a partir da análise da obra de autores que discutem essa temática e no aprofundamento das questões contraditórias à formação do espaço agrário brasileiro e paraibano. Temas como a concentração fundiária, produção de comida, inviabilidade sócio-econômica-ambiental na produção agropecuarista, aumento da miséria no campo e desigualdade social incorporam caldo e conteúdo diante da necessária luta pela reforma agrária ampla e estrutural.

**Palavras-Chave:** agricultura familiar/camponesa; agronegócio; censo agropecuário.

#### **ABSTRAT**

This article aims to analyze family/peasant agriculture and agribusiness in the context of food production in Brazil and the state of Paraíba. Methodologically, it seeks to answer one of the most intriguing questions of the current agrarian reality: who produces food that feeds the Brazilian population, through the bibliographical research and data analysis of the 2006 Census of Agriculture and the preliminary results of the Agricultural Census. For this, our theoretical-conceptual foundations were based on the analysis of the work of authors who discuss this theme and on the deepening of the contradictory issues to the formation of the Brazilian and Paraíba agrarian space. Issues such as land concentration, food production, socioeconomic-environmental unfeasibility in agricultural production, increased poverty in the countryside and social inequality incorporate stock and content before the necessary struggle for broad and structural agrarian reform.

**Key words:** family agriculture, census, agribusiness, agrarian reform.

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>09</b> |
| <b>2</b> | <b>DESENVOLVIMENTO.....</b>  | <b>10</b> |
| 2.1      | AGRICULTURA NO BRASIL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGRONEGÓCIO.....                   | 10        |
| 2.2      | OS RECENTES DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO E A AMEAÇA AO AGRONEGÓCIO.....                                 | 13        |
| 2.2.1    | <b>Resultados do censo agropecuário 2006: uma análise geográfica sob um olhar crítico.....</b>         | <b>16</b> |
| 2.2.2    | <b>Resultados do Censo agropecuário 2006 e 2017 na produção de alimentos no Estado da Paraíba.....</b> | <b>18</b> |
| <b>3</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>22</b> |
| <b>4</b> | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>25</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Censo Agropecuário é a mais completa investigação quantitativa da estrutura e da produção agrícola, pecuária, silvicultura e da aquicultura no país. Este, desde 1920, vem acontecendo sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que na época era denominado Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). O mais atual, foi divulgado em 2018, fazendo referência ao ano anterior. Assim, o IBGE possibilitou um banco de dados importantíssimos sobre a agricultura familiar e a agricultura produzida em grande escala.

O Censo Agropecuário 2006 foi de extrema importância pois, além dos avanços na obtenção dos dados, o resultado desse Censo trouxe uma vergonhosa surpresa, principalmente para os grandes ruralistas do nosso país. Diferente do que esse grupo demonstrava, os resultados do Censo 2006 mostraram que as pequenas propriedades, que de modo geral podem ser representadas pela agricultura familiar/camponesa, alimentam a população brasileira, produzindo comida ao invés de commodities para exportação.

Mediante isso, o presente trabalho objetivou analisar os dados dos últimos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 para examinar a produção de alimentos realizada pela agricultura familiar/camponesa, e com isso fazer uma pesquisa sobre a produção de alimentos na região do espaço agrário paraibano.

Para isso, metodologicamente utilizamos a análise aprofundada por Mitidiero Jr (2016), em seu artigo denominado "*Quem produz comida para os Brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006*". Nesse texto, o autor caracterizou os estabelecimentos rurais brasileiros em: pequenos (0 a 200 ha), médios (200 a 1000 ha), e grandes (1000 ha acima). Assim, aplicou os dados do Censo Agropecuário de 2006 a partir dessa perspectiva de divisão do tamanho das propriedades.

Para alcançar nosso objetivo, se fez necessário analisar para compreender o desenvolvimento contraditório da estrutura fundiária brasileira, que tem papel fundamental na dinâmica agrícola do país; e toda a importância e funcionamento dos censos agropecuários para entender essas questões e cumprir o objetivo dessa pesquisa.

Para sustentar nossa proposta, nossas fundamentações teórico-conceituais foram sustentadas na leitura minuciosa de importantes autores que discutem, analisam e aprofundam a temática em questão, entre os quais podemos destacar Oliveira (2007), Stedile (2000), Mitidiero Jr. (2016), Moreira e Targino (1996), entre outros que são referências na discussão agrária no Brasil.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Agricultura Brasileira: estrutura fundiária, produção de alimentos e agronegócio.

A realidade fundiária brasileira é uma herança do sistema colonial, onde havia grandes propriedades de terra sobre a posse de alguns privilegiados. Esse sistema de distribuição desigual das terras teve seu início quando o Rei de Portugal, Dom João III, instituiu as Capitânicas Hereditárias<sup>1</sup> no Brasil, onde as terras foram divididas em 15 lotes e repartidos para 12 donatários, todos nobres amigos da Coroa Portuguesa. A ação do Rei em beneficiar uma minoria nobre impulsionou toda a desigualdade na construção fundiária brasileira, que só se agravou com o decorrer do tempo.

Tal perspectiva consolidou a base legal da origem da propriedade da terra no Brasil, elaborada com o intuito de estimular apenas a grande propriedade fundiária, consolidando o latifúndio no país como estrutura fundiária dominante (Stedile, 2000).

Diante da consolidação dos latifúndios no Brasil a posse da terra já era vista como um instrumento de poder dentro de uma sociedade capitalista e desigual. Assim, esse processo contribuiu para a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada e, a expansão da pobreza para a maioria da população, contribuindo assim rumo a desigualdade social no país.

Por volta do século XIX, o Brasil enfrentou modificações sociais tais como, as lutas dos negros e escravos pela liberdade; a expansão dos quilombos; e a chegada de inúmeros imigrantes oriundos da Europa, que vieram para as Américas em busca do sonho de ter sua própria terra para se estabelecer e sobreviver. Dentro desse contexto, onde os menos favorecidos lutavam contra a concentração da propriedade da terra, ocupando as terras improdutivas e devolutas brasileiras, e temendo uma possível “revolução subalterna”, o Rei D. Pedro II, preocupado com tal situação e visando estabelecer a propriedade da terra sob a dominância de uma minoria nobre, promulgou a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como a primeira Lei de Terras do Brasil<sup>2</sup>.

Essa Lei determinou normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização das terras brasileiras, dando-lhes um caráter mercantil. Isto é, transformando a terra em uma

---

<sup>1</sup> Sistema que compreendeu a divisão das terras brasileiras em lotes que foram distribuídos para pessoas de confiança da coroa portuguesa, garantindo assim o domínio português nas terras brasileiras.

<sup>2</sup> A implementação da lei tinha como principal objetivo a proibição do acesso à terra por outro meio que não fosse a compra. Com isso impossibilitou que os pobres e os escravos recém libertos tivessem acesso a terras, preservando assim a péssima estrutura fundiária (MOREIRA, 1996).

mercadoria. Estabeleceu que para se obter as terras públicas seria necessário pagar uma certa quantia à Coroa. Assim, essa medida automaticamente excluiu os pobres e os impediu de ter acesso à terra, garantido assim, que a propriedade da terra permanecesse nas mãos das minorias, ou seja, dos nobres amigos da Coroa Portuguesa.

Essa medida contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária sustentada sob a lógica do latifúndio, colaborando assim, para o desenvolvimento da desigualdade social e fundiária no país.

Visto que a desigualdade fundiária só se consolidava com o passar do tempo, as insatisfações e lutas dos camponeses desfavorecidos, dos rendeiros, pequenos proprietários, moradores e trabalhadores assalariados rurais, entre outros, se intensificavam e ao tempo, ganhavam forma e conteúdo.

Visando modificar tal realidade, essa classe subalterna sem terras, se organizou e impulsionou o início das grandes reivindicações e lutas no campo brasileiro, iniciando assim, em 1945, o processo de criação de uns dos maiores e principais movimentos agrários no Brasil: as Ligas Camponesas<sup>3</sup>. Um dos principais objetivos era a luta por terras e o fim da exploração do trabalho, ou seja, uma reforma agrária profunda.

As Ligas Camponesas foram as grandes impulsionadoras para o movimento pela reforma agrária brasileira. Foi a partir das Ligas, que a luta pela reforma agrária ganhou dimensões nacionais e obteve algumas conquistas, tais como: a) a desapropriação do engenho Galileia em Recife; b) eleger Francisco Julião como deputado federal para representá-los; Francisco que foi um advogado recifense que se tornou líder das ligas camponesas após auxiliar e representar famílias de lavradores no processo de desapropriação do engenho Galileia; c) conseguiram estender os direitos trabalhistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos trabalhadores rurais, dentre outras conquistas para as pessoas do campo.

Desse modo, influenciado pela política norte-americana, que defendia a redistribuição de terras na América Latina, e também pelo temor dos governantes da elite conservadora sob uma eclosão de uma revolução camponesa, o Marechal Castelo Branco<sup>4</sup> criou em 1964 a Lei de Reforma Agrária no Brasil, conhecida como Estatuto da Terra. Este, por sua vez, veio designar novos conceitos sobre os tipos de propriedades do país, a partir do seu tamanho e visava reparar séculos de distribuição fundiária injusta.

---

<sup>3</sup> Movimento social que teve seu início em meados de 1945, formado pelas pessoas do campo que lutavam por seus direitos, pela realização da reforma agrária no Brasil, e por uma melhoria na realidade do campo brasileiro (OLIVEIRA, 2007).

<sup>4</sup> Nascido em 1897 no estado do Ceará, ingressou na carreira militar em 1918 quando entrou na escola militar de Realengo-RJ; foi um dos articuladores do golpe militar no país e em 1964 foi o primeiro presidente do regime militar. Seu mandato foi de 1964 a 1967 (Ebiografia, 2012).

No entanto, seu principal objetivo era frear as reivindicações populares e não necessariamente realizar a redistribuição fundiária. Esse estatuto não foi e nem é posto em prática, visto que várias famílias camponesas ainda não possuem terra para produzir e sobreviver, enquanto os latifúndios com mais de mil hectares ocupam cerca de 44,4% das terras brasileiras, como nos aponta os dados do Censo Agropecuário (2006), nos revelando que a desigualdade fundiária no Brasil ainda permanece nos dias atuais.

Como nos mostra IBGE (2006), o indicador de desigualdade utilizado para medir o grau de concentração da terra: o índice de Gini, foi de 0,872, maior do que em 1995 quando obteve 0,856. Esse resultado sinaliza que a concentração de terras no Brasil se agrava com o decorrer do tempo, e que a reforma agrária se faz necessária cada vez mais.

Nossa compreensão sobre este conflito parte do princípio que esse quadro desequilibrado na distribuição fundiária precisa ser mudado. A reforma agrária precisa ser executada, pois com sua concretização haverá redução da miséria, redução da migração campo-cidade, e diminuição da desigualdade social. Com uma divisão de terras mais justa, a agricultura familiar/camponesa ganhará força para produzir ainda mais alimentos e assim impulsionar ainda mais a economia do Brasil.

Contraditoriamente, mesmo tendo uma estrutura fundiária voltada para estimular o crescimento e a ampliação dos latifúndios, e os mesmos tendo a posse da maioria das terras do Brasil, se esperava que os latifúndios fossem a base agrícola do país. Mas não é isso que acontece. Os minifúndios, que geralmente são explorados pelo agricultor e sua família, e que ocupam apenas 24,3% do território do campo, são à base da agricultura no país, como mostra os dados do Censo Agropecuário (2006).

A agricultura familiar/camponesa é responsável por um faturamento de US\$ 55,2 bilhões por ano, tornando o Brasil o 8ª maior produtor de alimentos do mundo, e gerando um peso importante para a economia do país. Estas informações revelam a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, retida para fins não produtivos (Oliveira, 2007).

A agricultura familiar/camponesa possui papel fundamental na estrutura da produção agrícola brasileira, pois ela possui capacidade de ajudar a cessar a fome mundial. Além de empregar cerca de cinco milhões de famílias, é a responsável pela comida que chega à mesa dos brasileiros, pois na maioria dos casos o pequeno agricultor não volta sua produção para o mercado externo (Oliveira, 2007).

Para Mitidiero Jr. (2016, p.07):

O Censo Agropecuário Agricultura Familiar é, sem sombra de dúvida, um avanço no ordenamento estatístico sobre o campo. Ele revelou que os pequenos produtores produzem boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, transformado essa realidade em um dado oficial de Estado. É bom enfatizar: agora é oficial que a pequena produção familiar produz parte significativa dos alimentos, sendo que, depois da divulgação dos dados, foi disseminada em diversos meios a média de que a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Oliveira (2006) também afirma que a agricultura familiar/camponesa é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Segundo a ONU (2015), mesmo com toda a sua produção e exploração a agricultura familiar/camponesa preserva cerca de 75% dos recursos agrícolas do planeta. Assim, podemos colocar em questão a seguinte discussão: quem no Brasil produz comida que chega até a mesa dos brasileiros? É o que vamos discutir no tópico seguinte.

## **2.2 Os recentes dados do Censo Agropecuário e a ameaça ao agronegócio**

Segundo dados dos últimos Censos Agropecuários em 2006 e 2017, os principais alimentos produzidos no país são: soja, cana de açúcar, café, feijão, carnes, milho, mandioca, e entre outros; que são produzidos em sua maioria pelo pequeno agricultor e sua família. Assim como a agricultura familiar/camponesa, o agronegócio<sup>5</sup> brasileiro, relativamente também possui certa produção de alimentos. Todavia, diferente do pequeno produtor, sua produção é voltada fundamentalmente para atender as necessidades do mercado exterior, ou seja, voltado para exportação.

Mesmo o agronegócio sendo um termo relativamente novo, que teve seu surgimento no início do século XXI com a mundialização do capital, ele possui características de produção já conhecidas no nosso país, como afirma (Oliveira, 2007): “na realidade o agronegócio nada mais é do que a reprodução do passado. Aliás, desde o ano de 1.500, eles dizem que irão desenvolver o Brasil através da exportação de mercadorias da agropecuária”. E diante desse argumento o agronegócio se consolida cada vez mais no Brasil. Mas apesar de se destacar na produção para exportação e, possuindo grande representatividade mundial, tornando assim, referência na produção de alguns alimentos, como mostra a tabela 1, o agronegócio brasileiro impacta negativamente no cenário social, econômico e ambiental.

---

<sup>5</sup> O monocultivo de exportação até então chamado de agribusiness, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Que é toda operação comercial e industrial envolvendo a produção agrícola e pecuária (Oliveira, 2007).

**Quadro 1. Produção de alimentos do agronegócio em 2017**

| <b>Produto</b>      | <b>Posição do Brasil no ranking mundial</b> |
|---------------------|---|
| Café                | 1º  |
| Laranja             | 1º  |
| Cana de açúcar      | 1º  |
| Carne Bovina e aves | 1º  |
| Soja                | 2º  |

Fonte: Ministério da agricultura/ Ministério do desenvolvimento (2017).

Na tabela 1 podemos identificar a grande representação que o Brasil exerce na produção de alguns alimentos, mas a maioria desses alimentos vai direto para a exportação sem nenhum beneficiamento no Brasil (Wesz Junior, 2011). A produção do agronegócio se limita a produção de commodities, que segundo (Delgado, 2012) é o termo que se refere a produtos que são produzidos para serem transacionados unicamente no mercado, nesse caso específico, no mercado internacional. Toda a sua produção visa um potencial econômico, a geração de dinheiro com as exportações, deixando de lado as necessidades e estabilidade alimentícia dos brasileiros.

Para evidenciarmos melhor essa afirmação, podemos analisar os principais commodities que são produzidos pelo agronegócio brasileiro. Segue: soja, tabaco, laranja, cana de açúcar, algodão, milho, café, trigo, chá da Índia, entre outros (OLIVEIRA, 2007). Grande parte desses produtos para nós são culturas não alimentares, ou seja, culturas que não estão diretamente relacionadas na alimentação cotidiana das pessoas, como é o caso do tabaco, da cana-de-açúcar, do algodão, entre outros. São cultivos que atendem as necessidades do mercado internacional, e necessariamente não sacia as necessidades alimentícias do povo brasileiro. Exemplo disso é a soja, uma das principais monoculturas produzidas pelo agronegócio, objetivando atender as demandas de exportação. É um produto que não compõe diretamente a cesta básica dos brasileiros. Todavia, é responsável pela derivação de vários produtos que, sem dúvidas, são muito competitivos no mercado externo, como é o caso dos agrocombustíveis produzidos pela soja, assim como aponta a pesquisa de Queiroz (2012).

Sabendo que as exportações trazem benefícios econômicos para o país, uma vez que impacta diretamente no Produto Interno Bruto (PIB), o agronegócio é uma política agrícola

governamental, onde o Governo acredita que dessa forma, irá trazer o “desenvolvimento econômico” para a nação.

Todavia, nessa política desenvolvimentista brasileira, desenvolvimento econômico é confundido com crescimento econômico de uma minoria latifundiária. A produção de alimentos é uma política fundamental, pois deve garantir a segurança e soberania alimentar de um povo. Deve cumprir a função social da terra, ou seja, produzir alimentos.

Diante da expansão constante do agronegócio no país, afinal ele tem todo o incentivo econômico e dos governantes para isso, se torna necessário à busca cada vez mais de terras para viabilizar sua produção. Essa expansão e domínio que o latifúndio exerce no cenário agrícola, precariza o trabalho no campo, como afirma Leite e Medeiros (2012, p.27):

A expansão do agronegócio tem levado à reprodução de formas degradantes de trabalho, em especial nas áreas em que as matas estão sendo derrubadas, denunciadas por entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como sendo condições análogas à escravidão.

O agronegócio vem contribuindo para a precarização e desaparecimento da agricultura familiar/camponesa. Grande parte dos investimentos e incentivos financeiros são voltados para o agronegócio, e o mesmo se torna supervalorizado, fazendo com que a agricultura familiar/camponesa fique esquecida e desvalorizada; mesmo possuindo protagonismo no cenário agropecuário do Brasil, como nos vem mostrar os recentes resultados dos Censos Agropecuários em 2006 e 2017, que revelaram que as pequenas propriedades são as maiores responsáveis pela produção de alimentos no Brasil.

Esse fato intrigou os grandes ruralistas, que se sentiram incomodados com a consolidação de tal informação, afinal ela derrubava a tese de que os grandes latifúndios são quem impulsionam o cenário agropecuário do país. Isso os levou a fazer estudos que combatessem tais conclusões. Para esse estudo foi contratado a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), que usaram uma metodologia diferente da retratada no Censo Agropecuário 2006, para que seus resultados fossem favoráveis ao agronegócio (Mitidiero Jr., 2016). Essa metodologia consistiu em uma divisão dos estabelecimentos agropecuários em “enquadráveis” e “não enquadráveis” no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e não levou em consideração fatos como estrutura fundiária, volume de produção, etc. Fazendo com que os resultados fossem favoráveis aos grandes produtores.

Todo esse estudo foi uma manobra para tentar silenciar os fatos favoráveis para a agricultura familiar/camponesa, trazidos pelo Censo Agropecuário em 2006. Contudo os estudos feitos pelo Censo são bem mais elaborados, possui uma metodologia coerente que torna seus resultados mais claros e objetivos, como poderemos evidenciar no tópico seguinte.

### 2.2.1. Resultados do Censo Agropecuário 2006: uma análise geográfica sob um olhar crítico

Em seu artigo denominado “*Quem produz comida para os Brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006*” (Mitidiero Jr., 2016), o autor utilizou uma metodologia onde aplicou os resultados do Censo 2006 e dividiu os estabelecimentos rurais brasileiros em três estratos: a) pequenos (0 a 200 ha); b) médios (200 a 1000 ha) e; c) grandes (1000 ha acima), para assim se ter uma melhor compreensão sobre a produção de comida brasileira. Os dados analisados mostraram a produção da lavoura temporária e permanente das horticulturas, floriculturas, silviculturas, extração vegetal, produção de animais e agroindústria rural.

O resultado dessas análises feitas no artigo citado, mostrou o que já era esperado, ou seja, o que já tinha sido divulgado com os resultados do Censo em 2006, mas que os grandes produtores lutavam para maquiagem tal verdade: a inviabilidade econômica, social e ambiental do agronegócio brasileiro. As análises deixaram bem claro a importância da agricultura familiar/camponesa na produção de comida no Brasil. Vejamos os dados conforme apresentados na Tabela 2:

**Tabela 2- Brasil- Distribuição do total do valor da produção em 2006**

| <b>Tipos de produção</b> | <b>Pequeno (0 a 200 ha)</b> | <b>Médio (de 200 a 1000 ha)</b> | <b>Grande (1000 ha e mais)</b> |
|--------------------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| Animal de grande porte   | 76,1%                       | 16,2%                           | 7,1%                           |
| Animal de médio porte    | 80,7%                       | 9,3%                            | 9,1%                           |
| Aves                     | 75,7%                       | 20,3%                           | 2,5%                           |
| Pequenos animais         | 58,8%                       | 18,5%                           | 15,4%                          |

|                                  |              |              |              |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Total da produção animal</b>  | 76,1%        | 16,5%        | 6,2%         |
| Lavouras permanentes             | 75,0%        | 17,2%        | 7,8%         |
| Lavouras temporárias             | 41,9%        | 18,6%        | 39,2%        |
| Horticultura                     | 93,2%        | 4,0%         | 0,8%         |
| Floricultura                     | 85,6%        | 13,1%        | 0,9%         |
| Silvicultura                     | 42,5%        | 14,3%        | 41,8%        |
| Extração vegetal                 | 64,6%        | 7,3%         | 3,5%         |
| <b>Total de produção vegetal</b> | <b>52,1%</b> | <b>17,3%</b> | <b>29,9%</b> |
| Agroindústria rural              | 64,1%        | 6,7%         | 26,0%        |

Fonte: Mitidiero Jr. (2016).  
Org.: PIA, J. S. (2018).

Ao examinar a Tabela 2, podemos perceber a soberania na produção dos estabelecimentos que possui área menor, estabelecimentos esses que são compostos em sua maioria pela agricultura familiar/camponesa. Podemos afirmar que esses produtores são os grandes responsáveis pela comida que chega a mesa dos brasileiros.

Mesmo com a importância da agricultura familiar/camponesa comprovada, uma vez que concentra pouca terra e impacta positivamente na produção de comida para os brasileiros, o cenário agrário do Brasil continua sendo desfavorável para os pequenos produtores. O acesso à terra é desigual, mesmo a agricultura familiar/camponesa sendo a base agropecuária do país.

Os grandes latifundiários são detentores da maior parte das terras brasileiras. Os investimentos do Estado, como créditos e financiamentos rurais também beneficiam em grande parte os grandes produtores, como vemos na Tabela 3. Com isso dificulta e restringe os avanços e ampliações da produção agropecuária dos pequenos produtores.

**Tabela 3 – Brasil- Número de estabelecimentos e valor obtido através de financiamentos.**

| Classes de áreas              | Número  | Número (%) | Valor (1000 R\$) | Valor (%) |
|-------------------------------|---------|------------|------------------|-----------|
| <b>Pequena (0 a 200 ha)</b>   | 849 754 | 92,5%      | 7 862 164        | 36,7%     |
| <b>Média (200 a 1000 ha)</b>  | 34 443  | 3,7%       | 4 034 612        | 18,9%     |
| <b>Grande (1000 ha acima)</b> | 8 444   | 0,9%       | 9 435 604        | 44,1%     |

Fonte: Mitidiero Jr. (2016).

Org.: PIA, J. S. (2018).

Ao analisarmos a Tabela 3 podemos constatar a má distribuição de financiamentos dos estabelecimentos agropecuários. As pequenas propriedades possuem um número bem maior de estabelecimentos, mas são as grandes propriedades as mais beneficiadas com os financiamentos. Isto é, reforçando a ideia já debatida ao decorrer deste trabalho, de que há sempre um maior incentivo para os grandes produtores do agronegócio.

E mesmo sendo desfavorecida, a agricultura familiar/camponesa mantém, ao decorrer do tempo, sua soberania na produção de alimentos tanto em nível nacional, quanto em níveis estaduais e regionais, como poderemos constatar no próximo tópico deste trabalho.

### **2.2.2 Resultados do Censo Agropecuário 2006 e 2017 na produção de alimentos no Estado da Paraíba.**

A região e, portanto, nossa área de pesquisa é o Estado da Paraíba, localizada na região do Nordeste brasileiro, como podemos observar na imagem 1.

**Imagem 1-** Localização do Estado da Paraíba. Fonte: IBGE (2018).



A região Nordeste, onde está inserido o Estado da Paraíba, é uma das regiões que se destacam na produção de alimentos, e por apresentar um dos maiores efetivos de agricultura familiar/camponesa, a agricultura familiar no Brasil é sinônimo de Nordeste. Os produtores da região respondem por metade do fornecimento de alimentos que chegam às mesas do país. Os nove estados reúnem quase 50% dos 4,4 milhões de empreendimentos desse segmento (ROCKMANN, 2017).

A Paraíba está intimamente ligada à produção de alimentos, desde sua colonização, a atividade agrícola foi a maior impulsionadora para seu povoamento, onde sempre se destacou nas atividades canavieiras (MOREIRA E TARGINO; 1996). Logo depois com a expansão territorial do estado, se instalaram as produções alimentícias, principalmente na região do Agreste paraibano (atual região intermediária de João Pessoa), que também teve sua ocupação a partir da produção de alimentos, como afirma (MOREIRA, 1990, p.9):

Se o impulso inicial da ocupação do Agreste está ligado à expansão da cana, o seu povoamento, numa aparente contradição, está ligado à retração da economia açucareira. Com efeito, nos períodos de retração da economia açucareira houve movimentos migratórios do Litoral em direção ao Agreste como decorrência da libertação de mão-de-obra pelos engenhos. Esta mão-de-obra liberada pela atividade açucareira se deslocou para a região agrestina onde passou a se dedicar ao cultivo de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca) em pequenas propriedades: os sítios. Estes sujeitos à subdivisão por motivos de herança se multiplicaram e deram origem à forma de organização do espaço agrário em pequenas propriedades - os minifúndios - que são ainda hoje, numericamente superiores na região.

Diante dessa afirmação podemos perceber que a produção agropecuária sempre exerceu papel fundamental na Paraíba. E é importante ressaltar que entre as regiões do Estado paraibano, é nessa área e nas demais que compõe a Região Geográfica Intermediária de João Pessoa (antigo Agreste), onde a pequena produção possui maior importância econômica e social. Com efeito, é nesta região onde se encontram os mais baixos índices de concentração fundiária do estado. (MOREIRA, 1990).

Afirmada a importância da agricultura familiar e sua produção no desenvolvimento do Estado da Paraíba, o Governo estadual fez alguns investimentos para a ampliação e melhor desenvolvimento dessas atividades, como afirma (ROCKMANN, 2017):

Incorporar novas tecnologias para assegurar produtos com alta segurança alimentar tem sido o objetivo do governo da Paraíba, que tem promovido uma série de cursos sobre boas práticas de fabricação de alimentos para

agricultores de polpa de frutas e derivados do leite. Outra iniciativa é o fomento de feiras locais que são importantíssimas para o pequeno agricultor, pois é nelas que vedem seus produtos.

Para exemplificarmos a soberania dos pequenos produtores no Estado da Paraíba, usaremos apenas os dados do Censo Agropecuário 2006, pois os resultados do Censo 2017 ainda são preliminares e não apresentam detalhes sobre a região a ser analisada. Assim, trabalharemos com os dados parafraseando Mitidiero Jr. (2016), desenvolvendo a mesma metodologia. Desse modo, dividimos os estabelecimentos agropecuários do Estado em três cortes de tamanho: a) pequenos (0 a 200 ha); b) médios (200 a 1000 ha) e; c) grandes (1000 ha acima).

Em referência a metodologia aplicada na análise dos dados do IBGE nos resultados do Censo Agropecuário 2006, o instituto dividiu os estabelecimentos agropecuários em: a) agricultura familiar (pequenas propriedades) e; b) agricultura não familiar (médias e grandes propriedades). Para uma melhor compreensão, as tabelas que seguem foram organizadas, de modo que, será mostrada a produção de alguns produtos alimentares que compreendemos serem de fundamental importância nutricional, além de representarem a base da alimentação da maioria dos paraibanos e estarem inseridas na cesta básica brasileira. Vejamos os dados:

**Tabela 4- Paraíba- Produção lavouras temporárias e permanentes, 2006 (Quilogramas)**

| Cultivo                       | Agricultura familiar | Agricultura não familiar |
|-------------------------------|----------------------|--------------------------|
| Arroz em casca                | 29.069.400           | 2.673.108                |
| Feijão preto                  | 3.543.385            | 326.534                  |
| Feijão de cor                 | 16.025.535           | 2.807.931                |
| Feijão macáçar                | 69.706.077           | 9.323.802                |
| Mandioca (aipim ou macaxeira) | 72.887.498           | 9.739.273                |
| Milho em grão                 | 173.400.416          | 32.394.309               |

|                |           |         |
|----------------|-----------|---------|
| Soja em grão   | 121       | 40      |
| Trigo          | 1.040     | 25.240  |
| Café           | 3.087     | 370     |
| Batata inglesa | 3.675.000 | 764.000 |

Fonte: IBGE (2018).  
Org.: PIA, J.S. (2018).

Observando a Tabela 4, podemos verificar que a agricultura familiar/camponesa apresenta uma superioridade na produção de alimentos no Estado da Paraíba, assim como em todo o Brasil.

E essa produção só vem aumentando com o passar do tempo, como nos mostra os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017. Foram divulgados números positivos na produção agrícola da Paraíba, como é o caso da cana-de-açúcar, que teve uma produção de cerca de 5.343.647,167 toneladas, da banana que teve 66.851,135 toneladas, o coco-da-baía com 35.000.000, o feijão maciço com 11.566,267 toneladas, o arroz 1.331,482 toneladas, a batata com 167,425 toneladas, a mandioca com 78.927,083 toneladas e entre outros; assim firmando a boa produção alimentícia do estado paraibano.

Em contrapartida, os resultados do Censo Agropecuário 2006 referentes à produção nas grandes propriedades na Paraíba, ou seja, representadas pela agricultura não familiar, como podemos evidenciar na Tabela 5, nos revelam que os cultivos prioritariamente produzidos nestas grandes propriedades representam culturas não alimentares, commodities, ou cultivos que não estão diretamente inseridos na cesta básica brasileira, e consequentemente, paraibana.

**Tabela 5- Paraíba- Produção de culturas não alimentares, 2006 (Quilogramas).**

| Cultivo        | Agricultura familiar | Agricultura não familiar |
|----------------|----------------------|--------------------------|
| Cana-de-açúcar | 427.225.000          | 3.173.129.000            |
| Sorgo em grão  | 92.000               | 144.000                  |
| Trigo em grão  | 1.040                | 25.240                   |

|                       |           |            |
|-----------------------|-----------|------------|
| Fumo                  | 34000     | 99.000     |
| Agave, sisal (fibra). | 6.910.000 | 15.693.000 |

Fonte: IBGE (2018).  
Org.: PIA, J.S. (2018).

A tabela 5 vem nos mostrar que a soberania da agricultura não familiar paraibana, assim como em todo o Brasil, só acontece na produção de produtos que são destinados especialmente para atender as necessidades do mercado internacional. Esse é o grande objetivo das grandes propriedades brasileiras, voltar toda sua produção para abastecer o capitalismo, desconsiderando totalmente as necessidades alimentícias da população do país.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do debate a cerca da questão da produção de alimentos da agricultura familiar/camponesa versus a produção agroexportadora do agronegócio na Paraíba feita no decorrer desse trabalho, podemos considerar fundamentalmente dois pontos que julgamos importantes em nossa análise sobre o agronegócio.

Primeiramente, constatamos que o agronegócio é fomentado pelo Estado Nação, uma política governamental desenvolvimentista que o sustenta. Assim, concentra a maioria das terras agricultáveis do Brasil e conseqüentemente, contribui na arrecadação do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), uma vez que se fundamenta na exportação, principalmente de commodities. Desse modo, ele é o mais incentivado e é o detentor dos grandes investimentos dos governantes e das empresas agroindustriais do país, sendo o mais beneficiado com os financiamentos públicos.

Segundo, pudemos verificar que o agronegócio gera poucos empregos; concentra terra e capitais; sujeita, subordina e precariza o trabalho no e do campo; possui uma lógica de gerenciamento infinita dentro de uma realidade que tem fim; entre outros e, principalmente, não contribui para a segurança e soberania alimentar de uma nação.

Contraditoriamente, a agricultura familiar/camponesa se apresenta como redentora na produção de comida para a sociedade brasileira. Como podemos constata no decorrer deste trabalho ela é responsável pela comida que chega a mesa da população, gerando diversos benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Identificamos que ela causa poucos impactos ambientais, estando sempre preocupada com o meio ambiente. Afinal é da terra que os pequenos agricultores sobrevivem e toda a população se alimenta. Também, mesmo possuindo pouca terra agricultável, gera muitos empregos e, conseqüentemente renda; produz diversidades de cultivos; contribui para o barateamento dos produtos agrícolas, uma vez que promove a policultura e o abastecimento dos mercados locais, entre outros.

A agricultura familiar/camponesa resiste bravamente em um cenário de produção intensiva e capitalista que com o discurso de modernizar e mecanizar o campo, contraditoriamente produz a concentração da riqueza para uma minoria detentora de terras e, globaliza a pobreza e a miséria para uma maioria que na terra vive e trabalha exaustivamente.

Por dentro desta análise, também destacamos que esses pequenos produtores, ou essas pequenas propriedades, representam os trabalhadores e trabalhadoras do campo, representam áreas de assentamentos rurais e pequenos sítios, onde mesmo com a falta de investimentos, de políticas públicas, e até de terras para produzir, continuam alimentando o país e, em nossa área de análise, o Estado da Paraíba, conforme apresentado nos dados oficiais contidos principalmente nas tabelas, revelam e destacam essa realidade.

Mediante a isso se faz mais do que necessário uma reforma agrária no país, para que a estrutura fundiária seja mais igualitária, dando assim mais estrutura para o crescimento e aprimoramento da produção da agricultura familiar/camponesa. E conseqüentemente impulsionando a economia, a geração de empregos e tornando a sociedade brasileira mais desenvolvida economicamente, ambientalmente correta e, socialmente justa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO JUNIOR, M. A. **O que os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006) revelam sobre o espaço agrário paraibano?** In: Barbosa Ahieres S.; GUTIERRES, Henrique E. P.; GALVÃO, Josias C.. (Org.). Paraíba 2. Pluralidade e Representações Geográficas. 1ed. Campina Grande: EDUFCA, 2017, V.2, P. 1-420.

BRASIL. ONU **reforça a importância da agricultura familiar**. Governo do Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EDUCABRAS. **Estrutura fundiária no Brasil e reforma agrária**. Disponível em: [https://www.educabras.com/enem/materia/geografia/agricultura/aulas/estrutura\\_fundiaria\\_do\\_brasil\\_reforma\\_agraria](https://www.educabras.com/enem/materia/geografia/agricultura/aulas/estrutura_fundiaria_do_brasil_reforma_agraria). Acesso em: 30 de set. de 2018.

FERREIRA, J. & DELGADO, L.N. (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v.4).

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, Soraia Riva Goutinho. **Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertação e Teses**. 4º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 304p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro - RJ: civilização brasileira S.A., 1962.

KORNIS, M. A. **Humberto Castelo Branco (Verbete)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

MDA. **Agronegócio no Brasil**. Ministério da agricultura, 2018. Disponível em: <http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio-brasil/>. Acesso em: 05 de set. de 2018.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SA, T. H.. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006**. Revista pegada eletrônica (online), v. 18, p. 7-77.

MOREIRA, E. R. F.; TARGINO I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Ed. Universitária. João Pessoa/PB, 1996.

MOTTA, M.; ESTEVES, C. L. **Ligas camponesas: história de uma luta (des)conhecida**. São Paulo, editora UNESP, 2009.

MOREIRA, E. R. F. **Evolução do processo de ocupação do espaço paraibano**. Textos UFPB / NDIHR, nº 24, set de 1990.

OLIVEIRA, A. U. **Os limites do Censo Agropecuário do IBGE**. Disponível <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/02/465480.shtml>. Acesso em: 20 de mar. De 2018.

PARAÍBA ONLINE. **Agricultura familiar do Brasil é 8º maior produtora de alimentos do mundo**. Paraíba online, 2018. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2018/06/agricultura-familiar-do-brasil-e-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo/>. Acesso em: 09 de nov. de 2018.

PARAÍBA ONLINE. **Agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros**. Governo do Brasil, 2017. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 30 de set. de 2018.

PINTO, T.S. **Ligas camponesas e reforma agrária**, Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/ligas-camponesas-e-a-reforma-agraria.htm> Acesso em: 30 de set. de 2018.

ROCKMANN, R. **Da agricultura familiar vem à base da alimentação nacional**. Carta capital, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/especiais/nordeste/da-agricultura-familiar-vem-a-base-da-alimentacao-nacional>. Acesso em: 09 de nov. de 2018.

STEDILE, J. P. **Latifúndio: O Pecado Agrário Brasileiro**. São Paulo- SP: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, 2000.

MDA. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Ministério da agricultura, 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-e-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> Acesso em: 09 de nov. de 2018.

QUEIROZ, T. L. B. **Produção de agrodiesel na Paraíba: avanço do agronegócio das oleaginosas, movimentos sociais e soberania alimentar**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017. Brasil, resultados preliminares**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2018.